

MONITOR FISCAL



União acumula até setembro déficit primário de R\$ 22,2 bilhões. Nesse cenário, Executivo encaminha ofício solicitando alteração da meta do PLN 5/15 para um déficit primário de R\$ 51,8 bilhões, podendo chegar a R\$ 119,9 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2015

R\$ bilhões

ESFERA	META DO ANO	REALIZADO ATÉ JULHO	A REALIZAR	PLN Nº 5/2015 ORIGINAL		OFÍCIO QUE ALTERA O PLN Nº 5/2015	
				META DO ANO	A REALIZAR	META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	66,3	(8,4)	74,7	8,7	17,1	(48,9)	(40,5)
União	55,3	(22,2)	77,5	5,8	28,0	(51,8)	(29,6)
Governo Central	55,3	(21,7)	77,0	5,8	27,5	(51,8)	(30,1)
Estatais	0,0	(0,5)	0,5	0,0	0,5	0,0	0,5
Estados e Municípios	11,0	13,8	(2,8)	2,9	(10,9)	2,9	(10,9)

Fonte: Banco Central.

O resultado primário da União até setembro foi deficitário em R\$ 22,2 bilhões. Trata-se do menor valor para o período, de acordo com série histórica iniciada em 1997. Para que a meta do ano fosse alcançada, seria necessária uma economia de R\$ 77,5 bilhões nos últimos três meses do exercício. Quanto aos demais entes, o superávit acumulado superou em R\$ 2,8 bilhões o valor estimado para o exercício.

Ressalte-se, porém, que se encontra em tramitação o projeto de lei de alteração da LDO (PLN nº 5/2015), em que o Poder Executivo propôs a alteração da meta para R\$ 5,8 bilhões. Diante da piora nas expectativas para o exercício, o Poder Executivo encaminhou o Ofício nº 207/2015/MP à CMO solicitando a nova modificação da meta, conforme exposto a seguir:

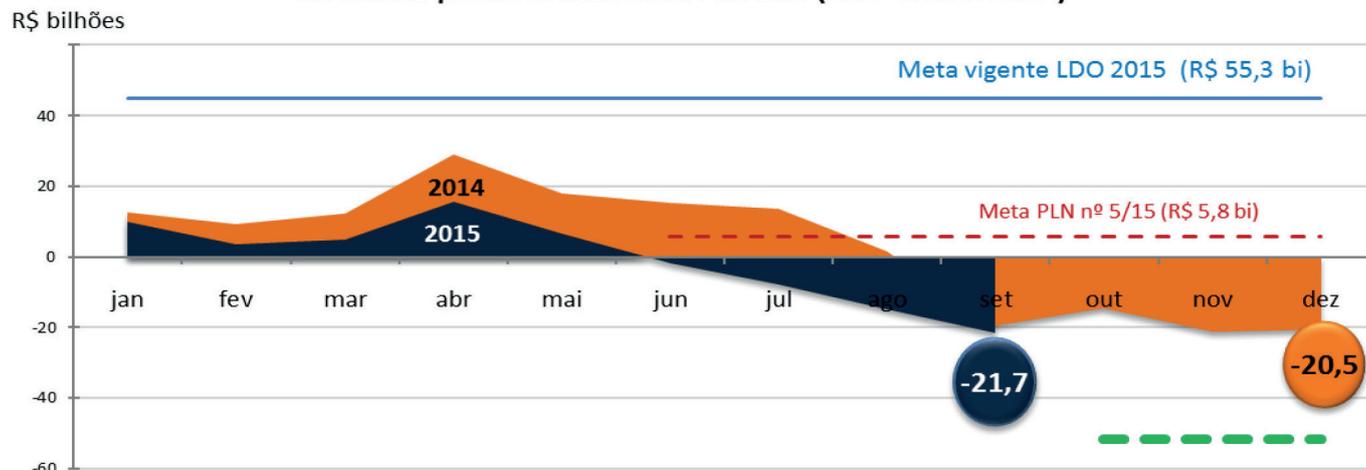
- meta de déficit primário para a União de R\$ 51,82 bilhões e superávit para os Estados e Municípios de R\$ 2,9 bilhões;

- possibilidade de ampliar o déficit em até R\$ 68,06 bilhões (o que permitiria um déficit de R\$ 119,89 bilhões para a União), caso sejam frustradas as receitas advindas das concessões e permissões relativas aos leilões das Usinas Hidroelétricas (R\$ 11 bilhões), e sejam pagos passivos devidos ao:
 - FGTS (R\$ 20,74 bilhões);
 - BNDES a título de equalização (R\$ 22,44 bilhões);
 - Banco do Brasil a título de equalização de taxas agrícolas e créditos a receber do Tesouro Nacional (R\$ 12,33 bilhões); e
 - à Caixa Econômica Federal, a título de remuneração por serviços prestados (R\$ 1,5 bilhão).

Vale registrar que o efetivo pagamento de R\$ 25,75 bilhões dos valores referentes ao FGTS e ao Banco do Brasil dependem de projeto de lei crédito a ser enviado ao Congresso nacional;

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)

Resultado primário acumulado no ano (2014 versus 2015)

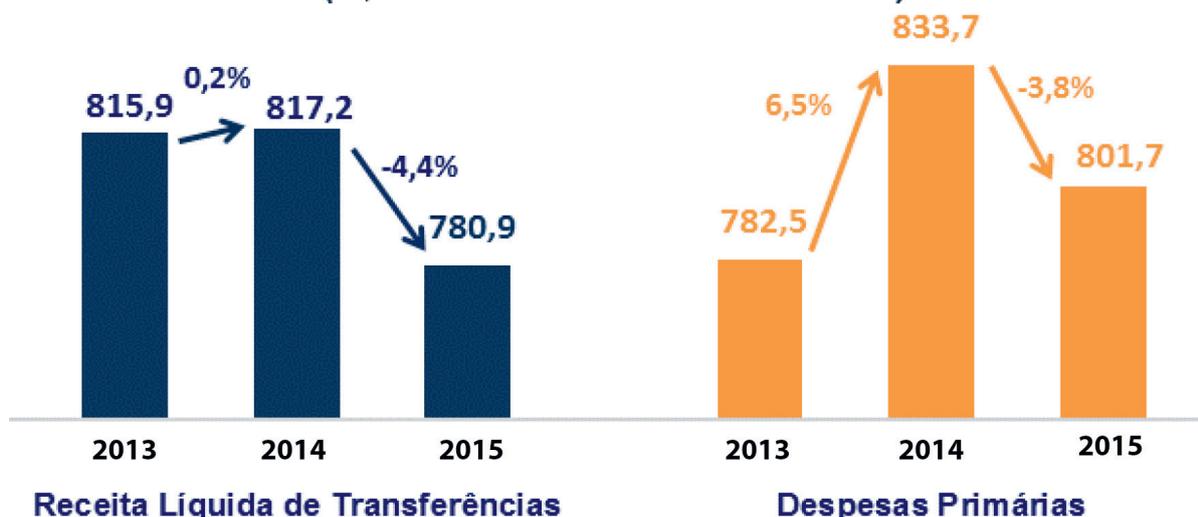


Fonte: Banco Central.

Até setembro o déficit primário do governo central é de R\$ 21,7 bilhões, valor R\$ 2,2 bilhões superior ao verificado no mesmo período do ano anterior. Esse valor já é superior ao déficit observado em todo o exercício de 2014.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias no período janeiro-setembro (R\$ bilhões - valores de set/15 - IPCA)



Fonte: Tesouro Nacional.

De 2014 para 2015, a receita primária líquida de transferências, em termos reais, apresentou queda de 4,4% considerando-se os valores acumulados no período de janeiro a setembro, reflexo da redução na atividade econômica ao longo do exercício. As despesas primárias, por seu turno, apresentaram redução real de 3,8% no mesmo período, decorrente, em grande medida, da contenção dos investimentos e dos gastos com abono e seguro desemprego.

Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida apresenta aumento médio da ordem de 5% no acumulado de janeiro a setembro de 2013 a 2015, ao passo que o crescimento médio das despesas primárias foi 8,7% em igual período.

D. RESUMO DO CONTINGENCIAMENTO DA UNIÃO

R\$ bilhões

ITEM	2014	2015			DIFERENÇA (B-A)
	EXECUTADO	LOA (A)	REESTIMADO 3º BIM.(B)	REESTIMADO 4º BIM.(C)	
I. Receita Primária Total	1.221,4	1.447,8	1.325,3	1.318,2	(129,6)
II. Transferências aos Entes Subnacionais	202,5	224,4	213,7	206,7	(17,7)
I. Receita Primária Líquida	1.018,9	1.223,4	1.111,6	1.111,6	(111,8)
II. Despesa Primária	1.051,6	1.168,1	1.105,8	1.105,7	(62,4)
II.1 Desp. Obrigatórias	781,5	841,7	858,9	858,8	17,1
II.1.a Benefícios da Previdência	402,1	436,3	438,9	436,2	(0,1)
II.1.b Pessoal e Encargos Sociais	223,0	235,8	236,2	236,2	0,4
II.1.c Abono e Seguro Desemprego	51,8	47,0	45,8	48,5	1,5
II.1.d BPC / RMV ²	38,4	42,2	43,2	42,4	0,2
II.1.f Demais	66,2	80,4	94,8	95,5	15,1
II.2 Desp. Discricionárias	270,1	326,4	246,9	246,9	(79,5)
II.2.1 Emendas Individuais	6,1	9,6	4,6	4,6	(5,1)
II.2.2 Demais Discricionárias	264,0	316,7	242,3	242,3	(74,4)
III. Ajustes ¹	15,5	-	-	-	-
IV. Resultado Primário (I-II+III)	(17,2)	55,3	5,8	5,8	(49,5)

Fonte: Estatísticas Fiscais/SOF, Relatório SOF/STN de Avaliação do 3º e 4º bimestres e SIOF.

* Valores acumulados de janeiro a dezembro

¹Diferença regimes caixa/competência, despesas extra-orçamentárias e empréstimos líquidos.

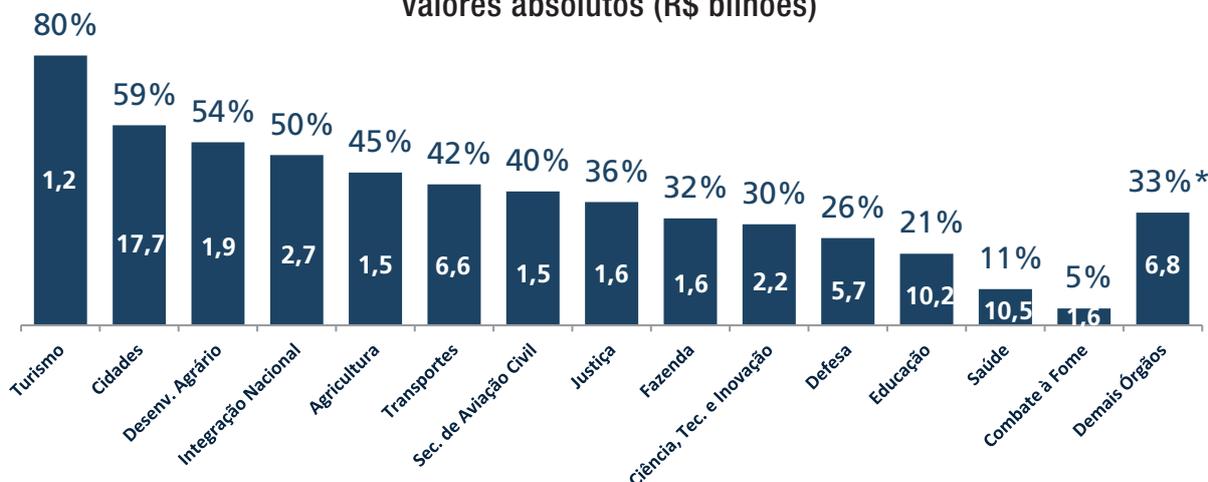
²BPC – Benefício de Prestação Continuada, RMV – Renda Mensal Vitalícia.

A reavaliação de receitas e despesas, realizada pelo Poder Executivo no 4º bimestre, manteve inalterada a necessidade de contingenciamento de R\$ 79,5 bilhões em despesas discricionárias da União. Os dados oficiais mais recentes, com efeito, mostram que o Executivo estima redução de R\$ 111,8 bilhões na receita primária líquida e aumento de R\$ 17,1 bilhões de despesas primárias obrigatórias, restando disponíveis para empenho os mesmos R\$ 246,9 bilhões estimados no 3º bimestre, dos quais R\$ 4,6 bilhões se referem a emendas individuais.

Relevante esclarecer que o citado contingenciamento, conforme item IV da tabela em exame, visa ao alcance da meta de R\$ 5,8 bilhões, constante originalmente do PLN nº 5/2015. Considerada a meta de déficit primário do ofício encaminhado pelo Executivo, poder-se-ia fazer um descon contingenciamento de R\$ 57,6 bilhões a R\$ 125,75 bilhões.

E. CONTINGENCIAMENTO POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

Despesas discricionárias contingenciadas por órgão, em percentual e em valores absolutos (R\$ bilhões)



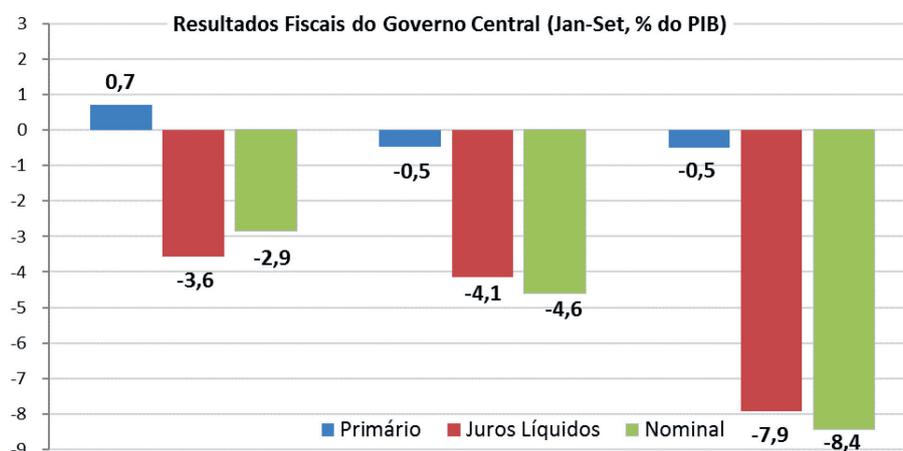
Fonte: Decretos nº 8.456/2015 e nº 8.496/2015.

*Percentual médio de contingenciamento nos demais órgãos.

Dos R\$ 79,5 bilhões contingenciados, R\$ 78,4 bilhões correspondem à limitação de empenho de despesas do Poder Executivo.

Em valores relativos, o Ministério do Turismo foi o mais afetado, com redução de 80% do valor aprovado para o órgão na LOA. Em valores absolutos, os ministérios mais atingidos foram, respectivamente, Cidades, Saúde, Educação e Transportes.

F. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (2013-2015)

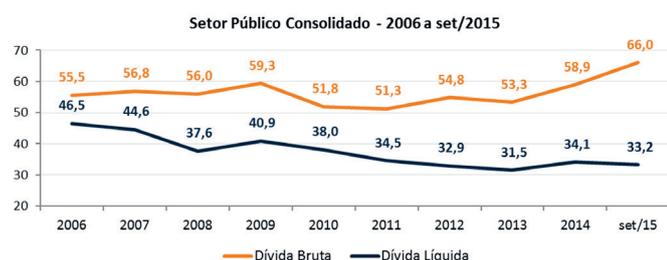


Fonte: Banco Central.

O resultado nominal do governo central, acumulado de janeiro a setembro em 2015, é deficitário em R\$ 361,8 bilhões (8,4% do PIB). Em 2014, o déficit acumulado no mesmo período foi R\$ 188,0 bilhões (4,6% do PIB).

Essa deterioração do resultado nominal é explicada, principalmente, pela expressiva elevação dos juros líquidos apropriados no ano, que já somam R\$ 340,1 bilhões (7,9% do PIB), contra R\$ 168,5 bilhões (4,1% do PIB) acumulados em igual período de 2014.

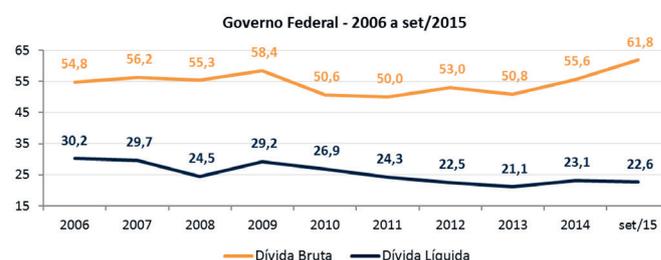
G. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)



Fonte: Banco Central.

A dívida bruta do setor público consolidado acumula crescimento de 7,1 p.p. do PIB até setembro de 2015 e atingiu 66% do PIB (R\$ 3,8 trilhões), maior nível desde 2006. O aumento do endividamento é resultado não apenas da redução do resultado primário, mas também do impacto do aumento dos juros no resultado nominal (vide item F).

A dívida líquida, por sua vez, teve queda no período, chegando a 33,2% do PIB, o que é explicado, em parte, pelo



aumento no valor das reservas internacionais provocado pela desvalorização do real.

A dívida do setor público consolidado – que envolve União, Estados e Municípios – reflete, em boa medida, a evolução do endividamento bruto federal, o qual cresceu, em 2015, 6,2 p.p. do PIB e também se encontra no maior nível desde 2006, próximo a 62% do PIB. Já a dívida líquida federal alcançou, em setembro, 22,6% do PIB, abaixo do valor esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)
Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)
Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia
Arthur Falcão Freire Kronenberger
Daniel Veloso Couri
Ingo Antonio Luger
Marcia Rodrigues Moura
Maria Liz de Medeiros Roarelli
Paulo Roberto Simão Bijos
Túlio Cambraia